

# IDIOMA 21

A reprodução deste artigo só está autorizada com a indicação completa da fonte: *Idioma, 21*. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro – UERJ, 2001 ([http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21\\_a01.pdf](http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21_a01.pdf)), p. 6-13.

## A PALAVRA E SUAS CLASSES

José Carlos de Azeredo (UERJ)

### 1 – INTRODUÇÃO

Os lingüistas concordam que a análise gramatical no Ocidente crava suas raízes na filosofia grega dos anos 500 a.C. define-se como tema filológico no trabalho dos intelectuais alexandrinos e difunde-se na Europa medieval e moderna graças particularmente aos romanos. Platão dividira a unidade do discurso, que ele intuía no esforço de apreender os mecanismos de expressão do pensamento, em dois componentes: ónoma (nome) e rhéma (verbo). Aristóteles lhes acrescentou os syndesmoi (partículas). Os estóicos induziram à distinção entre classes variáveis e classes invariáveis, até que, por volta dos fins do segundo século a.C., Dionísio Traco formulou uma teoria das partes do discurso, que ele distribuía em oito categorias: nome, verbo, pronome, particípio, artigo, advérbio, preposição e conjunção.

A análise gramatical consagrou o vocábulo como sua unidade fundamental; tanto a *morfologia* (estudo da estrutura e formação dos vocábulos) quanto a *sintaxe* (estudo da combinação dos vocábulos na frase) se baseiam nele. Por isso, a gramática tradicional tem sido caracterizada como uma "gramática baseada no vocábulo".

### 2 – A REALIDADE DO VOCÁBULO

A lingüística estrutural, particularmente em sua versão norte-americana, se fez cética quanto ao estatuto teórico do vocábulo e reivindicou para o *morfema* o título de unidade fundamental da estrutura gramatical. John Lyons (1970: 139) o definiu nestes termos: a menor unidade da estrutura gramatical. O desenvolvimento da escrita, na qual os vocábulos são separados pelo espaço em branco, comprova, por outro lado, sua realidade intuitiva. Na fala, são as pausas potenciais que correspondem aos espaços em branco da escrita; elas separam entre si as unidades-vocábulos, mas nunca as partes gramaticais que entram em sua composição. Pode-se dizer "tua lealdade", fazendo pausa entre *tua* e *lealdade*, mas não entre *leal* e *dade*. A questão da validade teórica do vocábulo é, de qualquer modo, irrelevante para os propósitos deste artigo.

### 3 – VOCÁBULO E FRASE

No discurso, porém, não são as palavras, e muito menos os morfemas, as unidades verdadeiras. Comunicamo-nos uns com os outros por meio de frases, isto é, de segmentos de extensão variável que encerram um propósito comunicativo definido (CÂMARA JR., 1972: 162-6). As frases se caracterizam por uma entoação em que o ouvinte se baseia para saber se o locutor realizou ou não o propósito comunicativo. Os vocábulos são unidades de outro nível, no qual não intervém a entoação: o segmento *agora* é simplesmente um vocábulo em "ele chegou agora" ou no dicionário, pelos motivos que já expusemos; já na expressão com que alguém ordena um ataque de surpresa, temos uma frase (unidade do discurso) constituída de um só vocábulo (unidade da língua).

## 4 – A IDENTIFICAÇÃO DO VOCÁBULO: CRITÉRIOS

Já nos referimos à realidade psicológica do conceito de vocábulo (item 2). Agora tentaremos sistematizar os critérios que se adotam no esforço de tornar o vocábulo um conceito descritivamente operacional.

Qualquer que seja o critério, ele só será válido para os fins da análise se se aplicar ao mesmo tempo às modalidades oral e escrita da língua. A intuição do vocábulo na fala é apenas um ponto de partida, pois é freqüente o erro gráfico por parte de pessoas semi-alfabetizadas, que consiste em juntar o artigo e o substantivo (*acasa*, por *a casa*), o verbo e o pronome átono (*falase*, por *fala-se*), fenômeno indicador de que na fala só intuímos como vocábulos distintos os que têm acento próprio.

### Critério I: pausa potencial

Segundo este critério, os limites entre vocábulos são pontos em que se pode fazer uma pausa considerada normal na enunciação lenta. Assim, no enunciado *Antônio jurou lealdade* temos três vocábulos separáveis por pausas que coincidem com os espaços em branco. Embora relevando o fato de que, mesmo na enunciação lenta, uma pessoa em sua fala normal não faz pausas entre todos os vocábulos, mas entre grupos de vocábulos, pelo menos duas razões tornam este critério ineficiente para os nossos propósitos descritivos: 1<sup>a</sup> – o *se* de *fala-se* é obviamente um vocábulo e não se separa jamais do verbo por meio de pausa, haja vista a observação que já fizemos; 2<sup>a</sup> – certas construções como *banana-maçã*, *porta-jóias*, que consideramos vocábulos compostos, podem no discurso lento ser desmembradas por pausa com duração equivalente à que separa o adjetivo *verde* do substantivo *banana* em *banana verde*, obviamente uma combinação de dois vocábulos.

### Critério II: coesão interna

Por este critério, os segmentos *leal* e *dade* constituem juntos um só vocábulo, visto que a ordem deles é irreversível tanto quanto não se pode separá-los pela intercalação de uma terceira unidade. O mesmo se pode dizer de estruturas como *banana-maçã* e *porta-jóias*.

### Critério III: autonomia gramatical

O critério II é capaz de conduzir-nos à conclusão de que em *fala-se* e em *a casa* estamos diante de dois vocábulos, mas nada nos diz sobre a natureza mesma de *se* ou de *a*, isto é, não esclarece se, por não apresentarem qualquer "coesão interna" - pois são segmentos unitários do ponto de vista gramatical - eles não deveriam pertencer a outra classe de unidades. O critério que permitirá essa decisão é o III, segundo o qual uma unidade se diz gramaticalmente autônoma sempre que pode apartar-se, pela intercalação de outra unidade, da que lhe vem contígua, ou com esta trocar de posição. Podemos então decidir que tanto *lealdade* como *se* e *a* são vocábulos, já que satisfazem o que prescreve o critério III. Com efeito, tanto podemos dizer *fala-se* como *se fala*, *a casa* ou *a minha casa*, *a lealdade* ou *a sua lealdade*, mas não *dadeleal*.

Poderíamos acrescentar um quarto critério, evidentemente relacionado com o critério II, que prevê a indissolubilidade do vocábulo em função da resistência de seus constituintes à elipse. Assim, se podemos dizer 'os guardas noturnos correm mais riscos do que os de trânsito', suprimindo por elipse a segunda ocorrência de *guardas*, é porque a construção *guarda de trânsito* consiste numa combinação de vocábulos gramaticalmente autônomos, e não num vocábulo composto. Por outro lado, os constituintes de *olho-de-sogra* (nome de um doce) não estão sujeitos à elipse.

Foi baseado no compromisso entre os critérios II e III que Celso Cunha (1975: 89) assim definiu o vocábulo enquanto unidade gramatical: "menor unidade significativa autônoma da frase, constituído por um ou mais morfemas, associados segundo uma ordem

própria da língua".

## 5 – O PONTO DE VISTA DE MATTOSO CÂMARA

Quem tentou um tratamento estruturalista do tema deste trabalho foi Joaquim Mattoso Câmara Jr., a quem devemos as mais amplas análises dos aspectos gramaticais e fonológicos do Português, dentro dessa perspectiva. Mattoso Câmara fundamentou sua análise do vocábulo formal nas idéias do lingüista americano Leonard Bloomfield. Assim se exprime nos *Problemas de lingüística descritiva* (1969: 34): "... há o vocábulo formal quando um segmento fônico se individualiza em função de um significado específico que lhe é atribuído na língua". Mais adiante:

O critério para definir a unidade vocabular mórfica foi basicamente estabelecido pelo lingüista norte-americano Leonard Bloomfield. Segundo ele, as unidades formais de uma língua são de duas espécies: formas livres (quando constituem uma seqüência que pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente) e formas presas (que só funcionam ligadas a outras). O vocábulo formal é a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres. (1969: 36-7)

Por considerar a distinção bloomfieldiana entre formas livres e presas insuficiente para dar conta do **status** vocabular dos artigos, dos pronomes átonos e dos conectivos, Mattoso junta àquelas o conceito de "forma dependente", que satisfaz o requisito formulado no critério III.

A questão não fica, entretanto, encerrada. Ao analisar alguns problemas do português, Mattoso nem sempre foi feliz nas conceituações e demonstrações. Definido o vocábulo formal, Mattoso põe em dúvida o conceito de vocábulo composto por aglutinação, insinuando que haveria aí uma interferência do plano diacrônico no sincrônico. Se é verdade que em *fidalgo* ou *vinagre* (dois exemplos clássicos dos compêndios gramaticais) as composições decorrem da aglutinação histórica de formas que o discurso juntava com muita freqüência, isto não significa obrigatoriamente que o processo subjacente a essas realizações já não seja produtivo. Com efeito, a criação de formas como *rodovia* e *aerovia* resulta da aplicação de certas regras combinatórias do léxico português que podem originar muitas outras construções análogas. Do mesmo modo, a cunhagem e interpretabilidade de neologismos literários como *imaginânimes* ou *embriagatinhava*, empregados por Guimarães Rosa em *Tutaméia* (1976: 83 e 104), dependem de princípios estruturais válidos para o escritor e o leitor.

Por outro lado, a definição dada para vocábulo formal – unidade a que se chega quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres (CÂMARA JR., 1969: 59) – colide com o reconhecimento de que em *rosa-chá* ou *manga-espada* há um único vocábulo formal.

Outro problema da análise de Mattoso reside no conceito de *locução* – uso como unicidade formal superior de dois vocábulos mórficos (1976: 61) – que abrangeria construções como *fala-se, de Pedro, tinha vindo, grande homem*, por oposição à justaposição, em que haveria um só vocábulo mórfico. A diferença entre a locução e a justaposição se atribui, a nosso ver, ao grau de integração e solidariedade entre os constituintes na construção. Vemos, porém, dois problemas nesse conceito de locução. Primeiro, as construções que servem de exemplos não partilham qualquer propriedade gramatical que as enquadre numa classe formal. Parece-nos que a freqüência de uma combinação não é critério para identificar nela qualquer unidade gramatical; nada a particulariza do ponto de vista do funcionamento dessas seqüências. Segundo, por esse critério *relógio de pulso* seria uma locução, ao passo que *relógio de pescoço* não, já que esta última combinação parece inédita. Entretanto, nada as difere gramaticalmente.

Numa perspectiva semelhante à de Mattoso, porém mais objetiva por se referir a uma classe mais homogênea de fatos, tem-se proposto a distinção entre *sintagmas fixos* e *sintagmas livres*; *relógio de pulso* é do segundo tipo, *pé-de-moleque* é do primeiro.

## 6 – A CLASSIFICAÇÃO DOS VOCÁBULOS: CRITÉRIOS

Tradicionalmente, as classes de palavras têm sido definidas segundo suas propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas. Mais de um lingüista considerou a heterogeneidade desse critério um defeito. Convém, contudo, reconhecer que esta heterogeneidade não está na análise, senão na própria natureza das entidades gramaticais que se agrupam sob o rótulo de "vocábulos". Estabelecida a hierarquia devida, a heterogeneidade se dilui.

As gramáticas tradicionais privilegiaram o aspecto semântico na conceituação do substantivo, do adjetivo e do verbo, e recorreram ao aspecto funcional na conceituação da conjunção, da preposição e até mesmo do pronome. Tem havido tentativas modernas de classificar as palavras ora de uma perspectiva estritamente funcional, ora de uma perspectiva morfológica.

Uma distinção básica permite distribuir os vocábulos de uma língua em dois grupos: o das *palavras nocionais* e o das *palavras gramaticais*. Expliquemo-nos com um exemplo: se combinarmos na ordem que se segue os vocábulos *peixe, comer, inseto, cair, lagoa*, notamos que dela se pode extrair algum sentido, por mais que não se trate de uma frase do português; para convertê-la numa frase, teríamos que acrescentar unidades que lhe conferissem um "arranjo" aceitável. Qualquer coisa como: *Esses peixes comem os insetos que caem na lagoa*. Esta nova seqüência, uma legítima frase do português, tem uma estrutura devida, em grande parte, à presença de *esses, os, que, na*. Pelo seu papel "estruturador", estes vocábulos se dizem "gramaticais", ao passo que os primeiros, que apenas representam "seres" e "ações" – isto é, dados do mundo real ou imaginário – se dizem "nocionais". Sem muita exigência e relevando a impropriedade de opor "nocional" a "gramatical", esta primeira classificação das palavras pode prestar bons serviços.

## 7 – AS CLASSES FUNDAMENTAIS

Mattoso ofereceu, na *Estrutura da língua portuguesa*, uma classificação baseada em dois critérios, um misto e outro simples, que é didaticamente satisfatória. Para ele, os vocábulos formais do português se agrupam, primeiro, segundo um critério morfossemântico, em 4 classes: NOME, VERBO, PRONOME, e CONECTIVOS. As três primeiras classes são constituídas de palavras variáveis, enquanto a última é formada de palavras invariáveis.

O verbo distingue-se no grupo, nessa primeira divisão, pelo paradigma flexional em que se enquadra (apresenta variação de tempo-modo e número-pessoa). O nome e o pronome, por sua vez, são vocábulos dotados de número e gênero, exprimíveis numa e noutra classe pelo mesmo mecanismo flexional. A distinção entre eles repousa, de um lado, na natureza da significação, e de outro em certas propriedades que o pronome tem e faltam ao nome.

Semanticamente, o nome "nomeia" os seres, permitindo que o locutor e o ouvinte os designem sem o reforço da situação ou do contexto verbal. O pronome, por outro lado, efetua uma referência contextual ou situacional; quem diz *Aquela roupa estava na minha gaveta*, só está particularizando *roupa* e *gaveta* em função de uma situação. Sabe-se apenas, por meio de *aquela* e de *minha* que a roupa está distante dos interlocutores e que a gaveta pertence ao falante. Esta constatação, contudo, não esclarece tudo, uma vez que as palavras *distante* e *próximo* também significam noções relativas, e nem por isso são pronomes. Basicamente, importa ter em vista a referência à situação em que se encontram os interlocutores. Pode-se dizer *Recife fica distante do Rio de Janeiro* em qualquer parte do

mundo, que o significado da frase será o mesmo; mas quem diz *Recife fica distante daqui* designa com *aqui* o lugar em que, na qualidade de autor da frase, se encontra. Logo, *aquela*, *minha* e *aqui* têm uma significação situacional e são, por isso, pronomes. Do ponto de vista mórfico, boa parte dos pronomes apresenta formas distintas conforme a pessoa do discurso a que se referem. Entre estes pronomes, os denominados “pessoais” têm formas distintas para cumprir as funções de sujeito e complemento. Acrescente-se, quanto ao aspecto mórfico, que vários pronomes apresentam, ao lado das formas masculina e feminina, uma terceira forma “neutra” (cf. *aquilo*, em face de *aquele* / *aquela*).

O segundo critério de Mattoso, de feitiço simples, redistribui os nomes, os pronomes e os conectivos segundo características sintáticas. O nome e o pronome podem ser substantivos, adjetivos ou advérbios; os conectivos podem ser conjunções ou preposições. Estes papéis só podem ser identificados no contexto do sintagma: em *meus amigos ingleses*, *amigos* é o núcleo da construção, classificado por isso como substantivo, ao passo que *ingleses*, constituinte acessório, é um adjetivo; por outro lado, em *os povos amigos*, *amigos* funciona como adjetivo. Substantivos são termos determinados, e adjetivos termos determinantes, para usar uma terminologia conhecida. Na mesma linha de raciocínio, dir-se-á que em *Eles são meus amigos*, *eles*, sujeito da oração, é um pronome substantivo, enquanto *meus*, adjunto de *amigos*, é um pronome adjetivo. Ademais, o nome e o pronome podem funcionar como advérbios se o termo que acompanham é um verbo. É o que se passa com *alto* e *aqui* em *Eles conversaram alto* e *Eles conversaram aqui*.

Quanto aos conectivos, há, segundo Mattoso, os que ligam palavras (preposições) e os que ligam orações (conjunções). Assim, em *casa de tijolos*, *de* é uma preposição, cabendo, porém, a *enquanto* o papel de conjunção em *Ela ria enquanto você chorava*.

## 8 – NOMES E CONECTIVOS

O agrupamento de substantivos e adjetivos sob o rótulo comum de NOMES tem uma longa tradição. Afinal, o nome era identificado graças às categorias de gênero, de número e de caso, partilhadas por substantivos e adjetivos nas línguas clássicas – o grego e o latim. A distinção, estabelecida no século XIV pelos gramáticos modistas, deixa ver sua origem sintática na própria etimologia daqueles termos. Mattoso estava convencido de que só o comportamento sintático permite distinguir substantivos de adjetivos. Não devemos, todavia, esquecer-nos de que há palavras que só funcionam como substantivos e outras que só funcionam como adjetivos. *Povo*, *festas*, *livro* são sempre substantivos; *límpido*, *perpétuo*, *fluvial* são sempre adjetivos. Por outro lado, há substantivos que, mesmo em função de determinantes, não mudam de classe: *maçã*, *sabão* e *macho* são determinantes, mas não adjetivos, em *banana-maçã*, *pedra-sabão* e *onça macho*. O critério sintático resolve uma parcela dos casos, deixando sem resposta duas perguntas: Que faz que certas palavras sejam sempre substantivos ou sempre adjetivos? Que faz que certos nomes, mesmo no papel de determinantes, continuem sendo substantivos?

É ainda oportuno observar que a base distintiva que, segundo Mattoso, separa preposições e conjunções, é insatisfatória. Com efeito, e é uma conjunção em *Paula e Vera são primas*, apesar de estar ligando palavras; *para* é uma preposição na frase *Comprei esta cesta para jogar lixo*, embora ligue estruturas dotadas de verbo e sujeito, isto é, orações. Comparem-se: *para jogar lixo*, *para você jogar lixo*, *para que você jogue lixo*. Seria descritivamente antieconômico considerar o *para* ora conjunção, ora preposição. Na realidade, as preposições têm muito em comum com as conjunções subordinativas, pois umas e outras exprimem dependência de um termo B a um termo A, cuja função no conjunto A + B equivale à função de todo o conjunto. Trocando em miúdos: a função de *cestas* em *Comprei cestas de plástico* equivale à do conjunto *cestas de plástico*. A diferença entre preposições e conjunções subordinativas consiste em que as primeiras introduzem estruturas sem conteúdo modo-temporal explícito (*Comprei esta cesta para você jogar o lixo*), enquanto as últimas introduzem estruturas cujo conteúdo modo-temporal se explicita (*Comprei esta cesta para que você jogue o lixo*). As conjunções coordenativas ligam

quaisquer construções niveladas funcionalmente na frase: elas não criam novas funções, ao contrário das outras conectivos. Assim, diante da frase *Soubemos que a chuva durou uma semana e os rios transbordaram*, percebemos que as estruturas *a chuva durou uma semana* e *os rios transbordaram* se igualam funcionalmente por intermédio do *e*; já em *Soubemos que os rios transbordaram porque a chuva durou uma semana*, as mesmas estruturas se acham numa relação hierárquica; a conjunção *porque* "criou" a função de adjunto adverbial exercida pela oração que ela introduz.

## 9 – ARTIGO E NUMERAL

Passamos em seguida a examinar mais detidamente duas classes de palavras cujo tratamento nas gramáticas escolares nos parece problemático: o artigo e o numeral.

Uma análise mais detida do que as gramáticas escolares chamam "artigo" poderia revelar que as unidades arroladas sob esta rubrica constituem subclasses dos pronomes demonstrativos e indefinidos. Os artigos definidos (*o, a, os, as*) perderam certos privilégios sintáticos dos pronomes demonstrativos propriamente ditos, mas guardam o valor dêitico de sua origem histórica. Eunice Pontes (s/d: 5), investigando a distribuição dos determinantes em português, chegou a afirmar que não encontrou evidência sintática que a levasse a considerar o artigo definido uma classe distinta dos demonstrativos. Este era também o pensamento de Vendryes (1943: 157), relativamente ao francês, e de Jespersen (1975: 85) em relação ao inglês. Mais abaixo se verá, entretanto, que pelo menos num aspecto a sintaxe dos pronomes e a dos artigos não coincidem, ao contrário do que pensa Eunice Pontes.

Num artigo em que propõe uma classificação dos vocábulos segundo um critério morfológico, Cristina Schneider (1965: 74-5) chegou à conclusão de que o artigo "é muito mais um morfema-vocábulo do que um vocábulo pertencente a uma determinada classe". Seu argumento é que o artigo serve apenas para indicar o gênero dos substantivos, função que também desempenha o sufixo flexional em *menino* / *menina*. Este argumento é inconsistente porque perde de vista que a noção de vocábulo está ligada a certas características distribucionais (v. item 4), algumas das quais o artigo apresenta. Além disso, do mesmo modo que *a* indica "feminino" em *a criança*, *eu* indica "primeira pessoa" em *eu sabia*. Não é absurdo dizer que *eu* tem a mesma função do *-o* final de *quero*; mas daí não se segue que devemos negar a *eu* o **status** de vocábulo. Morfossintaticamente, não falta ao artigo qualquer das características dos pronomes demonstrativos: todos variam em gênero e número e apresentam uma forma "neutra". Com efeito, em *Não entendi o que ele disse*, o *o* é o equivalente neutro da série *o, a, os, as* do mesmo modo que *isto, isso* e *aquilo* o são das séries encabeçadas por *este, esse* e *aquela*.

Para a língua espanhola, Llorach (1970: 170-1) manteve a classe dos artigos, restringindo esta denominação, entretanto, às formas ditas definidas, em face da diferença de privilégios sintáticos entre *el* e *un*. O mesmo se pode dizer do português, em que o que se opõe às formas *o, a, os, as* é a ausência delas. Este esquema é, aliás, o que se verifica na origem dessas formas, como esclarece Mattoso Câmara:

É uma forma pronominal nova, chamada tradicionalmente 'artigo', que o latim clássico desconhecia, mas se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar por uma extensão do emprego de um demonstrativo (...); assim, a sua ausência indicava **ipso facto** uma referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença do numeral *unus, una* em nova função. (1975: 97-8)

Em *Comprei os sapatos* e *Comprei sapatos*, a presença de *os* institui uma referência dêitica, ao passo que sua ausência indetermina, deixa indefinido o objeto *sapatos*. O que se opõe a *um, uma, uns, umas* é *vários, muitos*.

Quanto aos privilégios sintáticos, vale observar os seguintes dados: Se você for à

cidade comprar doces alemães, compre uns doces pra mim ou, simplesmente, compre uns pra mim. Por outro lado, se dissermos Se você for à cidade comprar os doces alemães..., a seqüência traga os para mim não é possível, se quisermos considerar aquele os um artigo. Donde se conclui que o artigo requer sempre a presença de um constituinte do sintagma nominal a que pertence para figurar no discurso, ao passo que um, uma não fazem esta exigência. Observe-se: Apanhe as bolas azuis, mas deixe as amarelas onde estão. Neste exemplo, as bolas amarelas forma um único sintagma, daí por que amarelas, satisfazendo a exigência a que nos referimos, permite a presença do as desacompanhado de bolas. É esta a peculiaridade sintática do artigo em relação aos pronomes demonstrativos. Nem por isso, porém, cremos que lhe devamos reservar uma classe própria.

Na *Estrutura*, Mattoso não chegou a fazer qualquer referência aos numerais. Já no *Dicionário de filologia e gramática* define-os como uma espécie de nome. Os numerais, como os nomes, ora são determinantes, ora determinados, na estrutura do sintagma nominal. Semanticamente, são quantificadores definidos por oposição a *todo*, *muito*, *vários*, *menos*, etc, que são quantificadores indefinidos. Morfosintaticamente, uma parte deles é susceptível de variação de gênero (*dois / duas*, *duzentos / duzentas*). Pelas definições que se lêem nas gramáticas, vê-se que a designação de quantidade definida é que tem valido aos numerais uma classe à parte. Todavia, se parece “normal” considerar *dez*, *década*, *dezena* numerais, o mesmo não se passa em relação a *lustro*, *semana*, *hora*, *polegada*, que também denotam quantidades determinadas. Cremos que as propriedades gramaticais – distribuição e morfologia – desses vocábulos são muito mais relevantes. Do ponto de vista da morfologia lexical, a associação observada entre *quinzena* e *quinzenal* é a mesma que vincula *mês* a *mensal*, *semana* a *semanal*. Também em *decímetro*, *qüinqüênio*, vemos numerais formando compostos como raízes nominais em aglutinação.

## 10 – CONCLUSÃO

Não pretendemos com este trabalho mais do que levantar algumas questões relativas à delimitação e conceituação do vocábulo em português e à sua distribuição em classes. Aceitamos sem discussão a distinção entre *nomes*, *verbo*, *pronomes* e *conectivos* proposta por Mattoso Câmara. Esta primeira classificação não modifica substancialmente a tradicional, mas procura reduzir o problema da heterogeneidade de critérios.

Muitos problemas não chegamos sequer a referir. A classe dos pronomes comporta, na verdade, subclasses, já identificadas pelos rótulos tradicionais – pessoais, indefinidos, etc. – mas não suficientemente caracterizadas em função de suas peculiaridades sintáticas. Numa comunicação intitulada "Os Determinantes em Português", Eunice Pontes examinou algumas dessas subclasses; entre elas, os *referenciados* distinguem-se dos *indefinidos* por poderem vir precedidos de "todos os" (cf. todos os *outros / mesmos / tais* meninos), o que não acontece com os indefinidos (cf. *todos* ou *alguns* meninos). Por sua vez, os indefinidos ocorrem nas construções partitivas (cf. *alguns dos* meninos).

Por ora, o caminho que resta ao professor é estar sensível às limitações do modelo tradicional herdado da análise das línguas clássicas. Em nível universitário, a tarefa central do professor é investigar esse modelo em sua natureza e limitações; no 2º grau simplesmente chamar a atenção para essas limitações; no 1º grau apresentar, sem envolvimento crítico, o modelo, evitando, porém, certas definições viciosas que, exclusivamente baseadas no significado, têm pouca abrangências.

Toda classificação é fruto da observação de caracteres que, relevantes de um certo ponto de vista, são comuns a um conjunto de fenômenos ou objetos. Iniciar o aluno na taxonomia é, portanto, desenvolver a habilidade racional da observação e da organização dos dados da nossa experiência. Tarefa de todos os professores, de todas as disciplinas. Trabalho integrado do qual se extraem as conseqüências para aplicação no objeto particular de cada disciplina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Dicionário de filologia e gramática. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- . *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1976
- . *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- . *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- . *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- . Sobre a classificação das palavras. In: ---. *Dispersos*. Sel. e introd. de Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 3-7.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fename, 1975.
- JESPERSEN, Otto. *The philosophy of grammar*. London: George Alien & Unwin, 1975.
- LLORACH, Emilio Alarcos. *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, 1970.
- LYONS, John. *Linguistique générale; introduction à la linguistique théorique*. Trad. F. Dubois-Charlier et D. Robinson. Paris: Larousse, 1970.
- PONTES, Eunice. Os determinantes em português (texto mimeografado de comunicação apresentada na PUC/RJ).
- ROSA, João Guimarães. *Tutaméia (terceiras estórias)*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- SCHNEIDER, Cristina. Tentativa de classificação dos vocábulos segundo um critério morfológico. *Estudos de lingüística e língua portuguesa*, 1. Rio de Janeiro: PUC, 1974. p. 65-77.
- VENDRYES, Joseph. *El lenguaje*. Trad. Manuel de Montoliu y José M. Casas. Barcelona: Ed. Cervantes, 1943.

@ @ @ @ @ @

**N. do Org.:** Transcrito, com mínimas modificações, do nº 1 da revista *Letra*, publicação da Faculdade Letras da UFRJ (1980: 84-95).